

Vivemos um tempo de explosões que jogam aos ares as certezas de uma democracia sólida, como a que nos faziam crer existir no Velho Mundo. Por aqui, vivemos nesta sociedade nascida sob o signo de um capitalismo tardio e com uma história de construção social que se fez pelo alto. Sociedade em que barragens rompidas arrastam vidas e acidentes são tratados como naturais, em que a resistência por meio da “ocupe” retrata a retomada pelo jovem do que é seu: a escola. Diferentes situações, diferentes movimentos, visões e versões da violência. Por isso mesmo a temática torna-se relevante, ganhando mais e mais centralidade, exigindo pluralidade de fluxos de pensamento que, como ação, atue na direção de criar formas de vida que possibilitem o respeito mútuo, a convivência com as diferenças e sobretudo uma superação digna desta velha questão que é a desigualdade, em todos os ângulos com que ela se apresenta e nos avilta, como violência que se maximiza pela onipresença. Este é o foco desta edição.

Neste número, a RevistAleph traz uma coletânea de artigos que, certamente, vão suscitar novas análises. Assim, o Dossiê se compõe de um conjunto de trabalhos reveladores de lógicas e práticas que, nem sempre nascidas na escola, adentram o seu cotidiano, provocando em quem os lê reflexões instigantes que envolvem, sobretudo, a pergunta: é possível rebater a lógica criminalizadora na escola?

O primeiro artigo nos fala da experiência nascida de um projeto voltado para alunos com histórico de violência, apatia e dificuldades de aprendizagem. O relato ultrapassa a descrição e faz do “menino que não tem jeito” um sujeito que, sob condições favoráveis, converte em ação-comprovação a potencialidade para aprender, até então não revelada, deixando fluir sua capacidade criativa. Torna-se sujeito que ultrapassa o não fazer a partir de indagações sobre a complexa sociedade em que vivemos. Em sua análise o autor rebate os discursos normativos e estabelece conexões entre o Estado - que deveria ser de Direito - e a manutenção da desigualdade que é, sobretudo, pedagógica.

É nesta mesma trilha analítica que se inscreve o segundo artigo, que discute um tema altamente mobilizador: a redução da maioria penal. Se no primeiro o Direito deixa de sê-lo por força de uma pedagogia alienante, no segundo o debate está nas técnicas de enclausuramento e de produção do medo. O artigo discute a redução da maioria penal e as conexões com a escola, a partir da crença na punição como meio de correção. Como instrumento pedagógico, a prática escolar é violenta e articulada à prática prisional em que os sujeitos puníveis são: o favelado e o negro, imersos em uma lógica estigmatizadora. Do outro lado estão os heróis do Estado, ou seja, as forças coercitivas.

Como um caleidoscópio, se produzem imagens mais inteiras e completas (mas, também, complexas), na leitura do terceiro artigo, que aborda uma das mais recentes políticas do Estado no combate à violência no Rio de Janeiro. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nos chegam sob um outro olhar analítico que propõe uma reflexão sobre o discurso da prevenção e educação como “arma” contra o “crime”. O artigo abre uma janela por onde se visualiza um novo sujeito que emerge da política pública como tecnologia de controle social: o professor - policial. Discute a produção dos significados e, em conjunturas socio-históricas diferentes, a transição das chamadas “causas” da violência na escola. É no texto: “nas entrelinhas do imperativo da paz, se afirma a violência de determinados grupos”, que podemos compreender como o fenômeno social é localizado no aluno e em seus responsáveis, atenuando a responsabilidade do Estado pelo que ocorre na escola.

Fechando o Dossiê, um artigo traz uma pergunta: violência ou recusa e contestação?

Como palavras de ordem, violência e paz constituem um binômio que, internalizado nos sujeitos, se tornou um lema inscrito em diferentes bandeiras.

A problematização proposta sugere o desmonte de verdades indicando que é preciso “ouvir o ronco surdo da batalha” como campo de disputas construído por práticas discursivas e não-discursivas das quais a escola não está apartada.

Não menos instigante, porque rica em possibilidades, está a seção Experiências Instituintes. Professoras maluquinhas, estagiárias em formação, relatam como desenvolveram uma experiência de formação do leitor que narra, que compõe e se maravilha com uma potencialidade que vai surgindo no cotidiano da escola. Este é o primeiro relato. A seguir, um artigo conta como a experiência de lidar com o *bullying* pode se transformar em uma sequência especialmente formativa, tanto para os alunos como para a equipe pedagógica, a espinha dorsal da escola. No terceiro, o relato descreve uma experiência que analisa as habilidades cognitivas apresentadas por estudantes surdos e também os que são ouvintes. Mergulhando na riqueza que surge quando o aprender é lúdico, “a jornada das lombrigas” descreve uma experiência pedagógica em educação inclusiva, pelo uso de recursos alternativos que ampliam a possibilidade de aprender.

Na última seção, Pulsações e Questões Contemporâneas, pululam ideias muito pertinentes para nos fazer pensar e pensar. Na esteira da Filosofia e da Política, ali estão debates mais que relevantes, porque são lastreadores da compreensão de questões muito atuais. Da perspectiva da formação docente, que se sustenta na concepção política emancipadora, à construção de um novo modo de nos relacionarmos socialmente, o texto aborda a educação com destaque à ética, requerimento mais que necessário no processo formativo. Fechando a seção e também esta edição, um artigo tece uma teia reflexiva sobre o silêncio, o vazio, a potência e a impotência do não dito a partir de Kafka, e constrói pontes com Benjamin, Barthes, Adorno e tantos outros que rompem com a linearidade do pensamento engessado e sua retidão burra.

Resta-nos voltar a dizer, como sempre: boa leitura!

APOIOS

